



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº. 8/2001  
SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2001  
28 de Junho de 2001

Os trabalhos foram declarados abertos às 21 horas.

Mesa da Assembleia constituída por : Presidente, Senhor António Ramos Preto.

Primeiro Secretário, Senhora Maria Arlete Rodrigues.

Segundo Secretário, Senhor Luís Batista Nunes.

Membros presentes: Todos com excepção dos Senhores Mário Miguel Rodrigues, João Vieira, António Marques Pedrosa, José Cavaco Faustino e Jaime Pereira Garcia, conforme consta da relação anexa.

Presenças da Câmara Municipal: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Moreira Raposo, a Senhora Vereadora Ana Nascimento, os Senhores Vereadores Gabriel Oliveira, João Bernardino, José Carlos Ribeiro, Rui Loureiro, Fernando Pereira, Miguel Gabriel, Vítor Gonçalves e Carlos Silva.

O Senhor Presidente da Assembleia lembrou à Assembleia que na Sessão de 10 de Maio tinha sido aprovada a suspensão de mandato do Senhor Mário Ventura Henriques, devendo por isso tomar posse o Senhor Mário Miguel Rodrigues que dado não estar presente, não foi possível empossá-lo. (Documento anexo à presente Acta).

Verificado o quórum o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão.

### I – TOMADA DE POSSE

O Senhor Presidente da Assembleia informou que havia sido recepcionado um pedido de suspensão de mandato por um período de noventa dias do Senhor José Fernandes, da bancada da CDU, que foi lido pela Senhora Primeiro Secretário. (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum dos membros pretendia intervir, e não havendo inscrições colocou o pedido de suspensão de mandato à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia informou que havia sido recepcionado um pedido de substituição da Senhora Antónia Nascimento, da bancada da CDU, e indigitado para a sua substituição o Senhor Vítor Andrade, suplente da mesma lista a quem foi dada posse. (Documento anexo à presente Acta).

Na indisponibilidade da Senhora Ana Luísa Correia do Nascimento, foi chamado o Senhor Carlos Lima das Neves suplente da lista da CDU, que não estando presente não tomou posse. (Documento anexo à presente Acta).

## **II - ORDEM DO DIA**

1 – Apreciação nos termos da alínea e) do nº 1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, da *“Informação Escrita do Presidente da Câmara Acerca da Actividade do Município”*.

2 - Apreciação para aprovação nos termos da alínea s) do nº 2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Parque Infantil do Jardim Delfim Guimarães, Venteira – Descentralização”*.

3 - Apreciação para aprovação nos termos da alínea b) do nº 3 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Pedido de Autorização para Declarar como Área Crítica de Reconversão e Recuperação o Bairro da Cova da Moura”*.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a Ordem do Dia à discussão, tendo-se inscrito o Senhor Manuel Vieira, da CDU, que informou ter pedido o agendamento ao Senhor Presidente da Assembleia, de um ponto que tinha como assunto a crise que se vivia no executivo municipal, mais especificamente o processo de exoneração da senhora vice-presidente e outras ocorrências. O Senhor Presidente da Assembleia tinha recusado o agendamento deste ponto, considerando que a Assembleia Municipal não tinha competência para o analisar, tendo a resposta por escrito chegado por um colega da sua bancada. Iria por





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*[Handwritten signature]*  
*A. Rodrigues*

isso apresentar um requerimento para que o Senhor Presidente da Assembleia e o Plenário considerassem esse ponto na Ordem do Dia.

Esclareceu o Senhor Presidente da Assembleia que havia recebido o pedido de inclusão no Período da Ordem do Dia um ponto, assinado por dois deputados, sustentando e fundamentando esse pedido nas competências da Assembleia, implícitas na alínea c) do nº 1 do artigo 53 da Lei 169/99. Na Comissão Permanente, enunciou as razões que em seu entender eram impeditivas do agendamento do ponto.

Informou que nessa altura tinha dado entrada na Mesa um requerimento que passou a ser lido pela Senhora Primeiro Secretário. (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia procedeu à leitura do documento-resposta, enviado ao Senhor Joel Monteiro, da Bancada da CDU, esclarecendo as razões que aduziu, para não apresentar o ponto requerido pela CDU, na Ordem do Dia. (Documento anexo à presente Acta).

Foi colocada à votação pelo Senhor Presidente da Assembleia o requerimento apresentado, tendo sido rejeitado por 23 votos e 8 a favor.

De seguida submeteu à votação a Ordem do Dia, sendo aprovada por maioria com 23 votos e 8 contra pelos 31 Membros presentes. (Documento anexo à presente Acta).

### III - CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo constante da folha que se anexa com esse título.

### IV - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia abriu este período tendo-se inscrito o Senhor João Caixinha, a Senhora Isabel Viola e o Senhor Fernando José.

O Senhor João Caixinha, procedeu à leitura de um documento, relativo à doença das vacas loucas e da Central de Valorização Orgânica a ser instalada no Casal de S. Brás. (Documento anexo à presente Acta).

A Senhora Isabel Viola, como moradora na Urbanização da Cometna na Praceta Libânia do Carmo, salientou a falta de iluminação naquela zona e de um caminho que estava previsto fosse pedonal, e que está sendo utilizado por viaturas. Para quando a colocação de molokes naquela zona, questionou a Senhora, e qual a solução prevista para os ruídos e distúrbios provocados pelos frequentadores do Bar naquela urbanização.

O Senhor Fernando José na sua intervenção pretendeu alertar todas as forças políticas sobre as carências existentes no Casal da Mira.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara começou por salientar a exigência tida pela Câmara no estudo do projecto da Valorsul.

À Senhora Isabel Viola disse, que a responsabilidade da colocação dos molokes e de iluminação, eram do urbanizador e a este a Câmara já tinha reclamado a exigência de execução dos mesmos.

Estão a ser tomadas providências junto da Polícia Municipal, da fiscalização técnica e da Câmara, a fim de se averiguar o correcto procedimento em relação ao Bar, desde o encerramento à redução do horário de abertura.

Quanto à situação do Casal da Mira, disse que a EDP iria reforçar a iluminação e com a conclusão das obras que estavam a ser feitas, o Casal da Mira iria ter melhores condições.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este período por encerrado.

## **V - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Senhor Presidente da Assembleia, informou que estavam abertas as inscrições para intervir neste período tendo-se inscrito os Senhores Joel Monteiro, Tremoço de Brito, a Senhora Maria Luísa Jubilado, os Senhores Virgílio Rosa, Júlio Correia, Vítor Andrade, José Teodoro, António Nunes, António Filipe, Paulino Domingos, Manuel Vieira, Manuel Jerónimo, a Senhora Carla Tavares e o Senhor Granja da Fonseca.

O Senhor Joel Monteiro questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o processo do Bar Imperium para o qual a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal tinham dado parecer, e qual a resposta do Governo Civil de Lisboa.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

A Praceta Virgínia de Moura que tinha o ónus de servidão pública, agora com portões, impede o acesso dos moradores de outras ruas. (Troca de cassete).

Gostava igualmente que o esclarecessem porque tendo a Associação da Académica da Amadora recebido 8.000 contos para iniciar o projecto de expressão e educação para alunos da Escola da Falagueira e outras da Amadora em Outubro de 2000, apenas o havia feito em Março de 2001.

O Senhor Tremoço de Brito lembrou que o tecido produtivo no nosso país se tem vindo a destruir ao longo dos anos.

Do relatório que tinha sido feito na Câmara da Amadora para análise dos serviços da Câmara, lamentou a forma como foi elaborado.

Quanto ao monumento alusivo ao 25 de Abril que foi retirado da rotunda da Damaia, disse ser de mau gosto o que lá foi colocado.

Na ligação do Lido à IC 19 disse que, a colocação do arame farpado junto às habitações, faz com que, aquela zona, pareça um campo de concentração.

Diz a Senhora Maria Luísa Jubilado que a rotunda da Damaia estava melhor agora, do que quando lá esteve o monumento alusivo ao 25 de Abril.

Como membro da Comissão de Segurança, perguntou se o gás natural tem trazido problemas na Amadora, uma vez que em Lisboa tem havido alguns. Se sim, quais as medidas que os serviços da Câmara têm tomado para fiscalizar.

Pediu mais policiamento para a Rua Castro Osório onde existem quatro viaturas abandonadas que são aproveitadas por marginais para se drogarem.

O Senhor Virgílio Rosa perguntou se as obras de ligação Lido - Hospital Amadora/Sintra eram provisórias e lamenta a pouca eficácia a nível do trânsito das marcações nas estradas.

O Senhor Júlio Correia falou sobre a situação dos carros abandonados, visto ser bastante burocrático a recolha destes por parte da Câmara.

Disse haver preocupação por parte dos pais das crianças que, dado o encerramento dos Centros de Infância e Pré-Escolar Municipais, não sabem quanto à forma e onde se podem inscrever e quais as razões existentes.

Os Jardins de Infância privados preocupam-no pois dúvida das condições de segurança dos mesmos.



O Senhor Vítor Andrade questionou o Senhor Presidente da Câmara por que é que a instituição Recreios Desportivos da Amadora continuava a funcionar, visto ter sido aprovada uma proposta pela Câmara para o seu encerramento.

O Senhor José Teodoro lamentou o facto de ter sido realizado um relatório na Câmara e as conclusões a que se tinha chegado. Referiu que a Câmara tinha ficado com uma má imagem a nível dos munícipes, da opinião pública e do próprio funcionamento da Câmara. Disse ainda, que o relatório tinha sido positivo, mas poderia ter sido melhor aproveitado a nível das conclusões para poder haver uma melhoria interna. Questionou-se de como é que o Senhor Tremço de Brito tinha conseguido ter acesso ao relatório e ao inquérito, visto a maioria dos deputados não terem tido. Questionou por fim, se a Câmara ao nível das obras, dos investimentos e do que estava projectado para se fazer na Amadora, previa alguma lista de prioridades perante o que o município pretendia fazer nos Planos de Actividades durante o mandato de quatro anos, tendo em conta as perspectivas de recessão económica e de corte de despesas que estavam previstas.

O Senhor António Nunes questionou se o túnel da CRIL desde a Buraca até ao nó de Alfofnelos já tinha a aprovação das respectivas entidades, visto esta obra ser um dado adquirido por parte da Câmara da Amadora. Os munícipes da Venteira não têm recebido com agrado o facto de que a ligação do Hospital ao Lido, tenha sido anunciado com sendo uma obra provisória. Sendo provisória, como constava numa Planta enviada pela Câmara, interrogam-se se a Câmara da Amadora não estaria a despender dinheiro numa obra provisória, sendo remodelada totalmente dentro de meia dúzia de meses ou um ano. Por fim, questionou para quando é que estava previsto o realojamento das famílias que habitavam na Quinta Conde de Araújo em frente ao cinema Lido.

O Senhor António Filipe lamentou a posição que o Senhor Presidente da Assembleia tinha tido em relação ao não agendamento do ponto relativo à crise no executivo municipal decorrente do processo de exoneração da vice-presidente, na Ordem do Dia. Solicitou esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara, sobre uma notícia publicada nos jornais, em que referia, que o Chefe de Gabinete do Senhor Presidente, era sócio gerente de uma empresa que fornecia computadores à Câmara, porque sendo verdadeira esta notícia, poderia existir incompatibilidade.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

O Senhor Paulino Domingos, pediu esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara sobre os acontecimentos ocorridos na Sessão Pública da Câmara do dia anterior, em que havia sido retirado um dos pontos da Ordem de Trabalhos sobre um projecto para a freguesia da Brandoa, solicitada por uma força política. Dada a importância da obra, solicitava o seu agendamento para a próxima reunião de Câmara.

O Senhor Manuel Vieira falou sobre o cruzamento que existe no Borel, onde têm ocorrido vários acidentes e as indicações de direcções são um pouco confusas e questionou se o desnivelamento que estava previsto para aquela zona iria ser ou não efectuado.

Estando a construção de habitação no Casal da Boba pronta desde de Outubro de 1999 e um dos impedimentos, a não existência de uma esquadra na zona já estar a funcionar, pergunta para quando está previsto o realojamento.

Por fim, questionou porque razão os torneios de futebol organizados pelo aniversário do Casal de S. Brás, foram realizados no campo do Estrela da Amadora, em vez do complexo desportivo do Monte da Galega visto este estar a ser utilizado pelo Futebol Estrela da Amadora e as obras estarem concluídas.

O Senhor Manuel Jerónimo alertou o senhor vereador Gabriel Oliveira para a existência de um buraco junto à Praceta da Buraca, que estava permanentemente a ser fechado, o que provocava um grande transtorno aos moradores. Na Rua António Ferro, foi aberto um buraco junto a um estabelecimento, provocando transtorno a quem vai ao estabelecimento e ao estacionamento lá existente. Lamentou a intervenção do Senhor António Filipe, quanto ao não agendamento de um ponto, referindo que é da competência da Câmara analisar a situação.

A Senhora Carla Tavares na sua intervenção disse que o pedido de agendamento relacionado com a destituição da senhora vice-presidente da Câmara, poderia ter sido discutido no período de antes da ordem do dia visto não ser da competência da Assembleia analisar e discutir assuntos relacionados com a Câmara. (Troca de cassette)

O Senhor Granja da Fonseca questionou o Senhor Presidente da Câmara o porquê da Câmara da Amadora ter gasto cerca de 60 mil contos em aquisição de viaturas, visto a política financeira do país estar a viver momentos de restrições a nível orçamental.



O Senhor Joel Monteiro protestou quanto à intervenção da Senhora Carla Tavares, explicando que era um direito que assistia aos deputados municipais solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o agendamento de um ponto para discussão na Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para protestar quanto à intervenção do Senhor António Filipe, pois o não agendamento da proposta solicitada pelos deputados da bancada da CDU, não foi em favorecimento de um partido político, mas sim o cumprimento da Lei. Explicou ainda que de acordo com o Regimento e a Lei, o tempo estipulado para os deputados intervirem no período de antes da ordem do dia era de 1 hora, em que 15 minutos eram para o Presidente da Câmara, sendo o restante tempo rateado entre os deputados inscritos.

O Senhor António Filipe disse haver um equívoco, explicando que 3 minutos não eram suficientes para uma discussão que exigia uma maior profundidade, mas era um rateio que tinha sido acordado. Quanto à decisão do não agendamento, disse ter feito um juízo político discordando da decisão, e reafirmou-o.

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu estar agendada para sessão de Câmara uma proposta relativa ao Bar Imperium que continha três opções, duas de redução de horário e uma de encerramento.

O encerramento com portões da Praceta Virgínia de Moura que não tinha autorização ou licenciamento para o fecho, está a aguardar parecer do Gabinete Jurídico dado existir o ónus de servidão pública.

A não utilização dos pavilhões da Académica para a prática de ginástica por parte das escolas, não foi possível desde Outubro do ano passado, porque o projecto só foi aprovado em Fevereiro deste ano.

Do relatório realizado na Câmara, disse estar disponível para discussão deste quando for solicitado para tal.

Os realojamentos na Cupalme serão iniciados quando as licenças de habitabilidade, que são da competência da Câmara de Sintra, forem concedidas.

Na Amadora os incidentes que têm acontecido com o gás natural não têm tido tanta gravidade como em Lisboa.

Embora a legislação que saiu em relação aos automóveis abandonados dificultasse mais a remoção das viaturas, a Câmara tenta aligeirar o processo, vendo-se no entanto com outro





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

problema que é a capacidade de armazenamento das viaturas e a sua compactação, prevendo-se solução para as mesmas.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que este período estava esgotado e que as outras respostas e intervenções seriam dadas no primeiro ponto da Ordem do Dia destinado à Actividade do Município.

### VI - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº 1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da *“Informação Escrita do Presidente da Câmara Acerca da Actividade do Município”*.

Antes de dar início a este ponto o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor António Filipe, que referiu que apesar de se ter acordado o rateio de tempo entre os membros da Assembleia Municipal inscritos, ficariam 15 minutos para o Senhor Presidente da Câmara, responder, mas o tempo para os membros intervirem (3 minutos) era muito pouco sendo o do Presidente mais longo, pois poderia ter continuação no Período da Ordem do Dia, não havendo equidade do tempo de intervenção.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que disse que as obras de ligação do Hospital ao Lido estavam praticamente concluídas e apesar de provisórias, estava convicto que iria beneficiar bastante o trânsito. Como o projecto/protocolo de ligação ainda não estava concluído por parte da REFER e nem a obra lançada por parte do IEP, não poderia afirmar qual o traçado definitivo. No entanto a marcação de pavimentos e de estacionamento, sendo uma competência da Câmara, iria concerteza ser feita.

Quanto às vagas para o pré-escolar e os centros de infância tinha sido colocado o problema à DREL, sendo dito que, no âmbito do quadro legal não se poderiam aceitar condições de excepção. Para uma solução de mais vagas em algumas escolas, foi pensado em salas de transição que ainda assim parece não resolver de todo o problema. Está a ser agendada uma proposta em que estipulará regras de acesso aos jardins de infância em que se dará prioridade aos de baixo rendimento e que morem no concelho.

A actividade dos Recreios Desportivos da Amadora ainda não foi extinta, dado que ainda continuavam lá actividades.



Relativamente ao relatório feito na Câmara da Amadora está de acordo, pois reflecte uma forma de gestão, não concorda na forma de elaboração já que nele consta nomes e adjectivações em relação a alguns funcionários, além de não terem sido atingidos os objectivos definidos aquando da adjudicação do estudo. Quanto à sua divulgação, disse só ter enviado o excerto aos funcionários que eram visados.

Os investimentos e os projectos que estavam ser feitos a nível do concelho, disse não terem implicações a nível da proposta do orçamento rectificativo, pois até à data ainda não tinha recebido qualquer nota.

Sobre o túnel da CRIL desde o Nó da Buraca até Alfofnelos, a solução apresentada pela JAE tinha um conflito com Lisboa por causa do Bairro de Santa Cruz. A Câmara da Amadora que não prescindia de ter um acesso à CRIL na zona da Damaia, apresentou uma proposta tecnicamente viável, mais cara, mas mais favorável do ponto de vista final, do que as expropriações e indemnizações que eram menores. O ponto de vista jurídico era de parecer favorável. (troca de cassette) Esta solução tinha o apoio do governo, faltando apenas ultrapassar o processo negocial em relação à concessão que iria ser feita. Todas as famílias que vivem em barracas neste traçado da CRIL vão ser realojadas, independentemente da solução.

Para os moradores da Quinta Conde de Araújo, aguarda da Câmara de Sintra a licença de habitabilidade, só depois de haver esta licença se iria proceder à compra das casas e fazer o realojamento.

Quanto à transparência e incompatibilidade em determinados órgãos e funções, vão ser levadas à Câmara um conjunto de regras. Sobre o parecer jurídico em relação ao seu Chefe de Gabinete, refere não haver incompatibilidade, pois a sua participação a nível de acções numa empresa que fornece material à Câmara estava abaixo do que a lei determina.

A proposta do projecto para concurso da obra de ligação da Corte Real à Pedro Escobar, foi retirada com o consenso dos vereadores, estando já agendada para a próxima reunião de câmara.

O projecto inicial em relação às obras do Borel, disse não contemplar o desnivelamento nessa zona.

O processo inicial da Boba tinha 600 fogos, mas todo o processo era complicado porque o terreno era da Câmara de Lisboa, sendo também necessário o visto do Tribunal de Contas para que posteriormente se pudesse fazer a atribuição e venda de casas.

A utilização do Monte da Galega pelo Estrela da Amadora para treinos disse ter sido discutido e votada em Câmara, pois o Estrela não tinha capacidades financeiras para se deslocar para o exterior. Disse não saber o motivo da não utilização por parte de uma Associação de S. Brás





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*[Handwritten signature]*

no complexo desportivo do Monte da Galega, mas que iria apurar o motivo. Está a ser elaborado o regulamento para funcionamento e gestão do complexo desportivo, a fim de poder ser utilizado também por colectividades ou por qualquer cidadão que quiser praticar desporto.

Quanto aos buracos existentes na Praceta da Buraca e na Rua António Ferro, disse ser da responsabilidade dos SMAS e alertou os senhores vereadores administradores dos SMAS para que averiguassem e tomassem mediadas para esta situação.

À intervenção do Senhor Granja da Fonseca respondeu não só ter investido 60 mil contos em viaturas, mas que tinha investido cerca 500 mil contos no sector da limpeza e umas centenas de milhares de contos nas obras, dando preferência aos meios mais necessários que são as máquinas e só depois as viaturas.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições tendo-se inscrito os Senhores António Filipe, Manuel Vieira, Vítor Andrade, Armando Paulino, António Nunes e António Tremço de Brito.

O Senhor António Filipe disse que tudo o que escrevia nos jornais assinava e que não inventava nada daquilo que escrevia, limitando-se a escrever as verdades. Quanto às inspecções feitas na Câmara disse que pecavam por serem tardias. Apelou ao Senhor Presidente da Câmara para que esclarecesse a situação de incompatibilidade ou não, do seu Chefe de Gabinete, para que se procedesse às medidas legais.

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente às notícias, disse que estaria disponível para esclarecer um conjunto de situações mas, discordava a maneira de como o Senhor António Filipe tinha feito os artigos, pois não houve respeito pela regras democráticas e pelos políticos. Concordou que as inspecções pecavam por terem sido feitas tão tardiamente, pois já tinham sido solicitadas em Fevereiro de 1998. Do seu Chefe de Gabinete disse que o parecer jurídico dizia que não havia incompatibilidade, tendo em conta que estava por baixo daquilo que é definido por Lei, mas que se for declarado pela inspecção que há incompatibilidade, irão ser tomadas medidas.

O Senhor Manuel Vieira disse que quanto à obra do Borel e aquilo que conhecia, é que iria haver uma passagem desnivelada do arruamento que vinha da Serra de Carnaxide e esta iria ter uma curva que abrangia o terreno da Cerâmica Vala, questionando o Senhor Presidente se a iluminação dessa passagem inferior tinha a ver com a viabilidade ou não daquilo que estava



previsto para a Cerâmica Vala. A solução do nó no Borel não resolve os problemas desta zona, pois os acidentes continuam a existir e as filas de trânsito continuam. Quanto à urbanização do Borel disse haver duas alterações, referindo que a primeira a CDU tinha votado contra pois não era necessário ir à DGPU, mas a viabilização da urbanização foi concedida pela Câmara. Disse que a segunda alteração tinham votado favoravelmente, mas com a contrapartida de ser reformulada a piscina da Reboleira. Quanto às obras do túnel no Alto do Maduro disse ter tido as obras a seu cargo apenas no último mandato, referindo que nunca tinha posto a hipótese do túnel, pois não era a solução para a resolução dos problemas de tráfico interno na Amadora. Sobre o realojamento da Boba disse não entender que fogos que estão prontos desde Outubro de 1999, não se tenha feito ainda a recepção, a vistoria e a licença de construção que são tudo competências da Câmara. A obra do Monte da Galega, disse ter-se arrastado durante muitos anos, mas foi uma elevação em termos de equipamentos municipais na Amadora, na medida em que se dava uma resposta substancial na área do desporto. Disse ter ficado surpreso por uma Associação de S. Brás ter usado o campo do Estrela da Amadora, uma vez que o complexo Desportivo do Monte da Galega já estava pronto.

O Senhor Presidente da Câmara, (troca de cassete), disse ir entregar na Assembleia não só a decisão do Tribunal como os pareceres jurídicos em relação à ilegalidade que foi feita no Borel, referiu ainda que a zona da Cerâmica Vala está como zona urbanística no PDM. Disse ainda que não acreditava que a Federação Portuguesa de Atletismo tivesse dado pareceres positivos em relação à construção da pista no Monte da Galega, pois aquela zona não reúne condições para a prática de atletismo.

O Senhor Vítor Andrade disse que em 1978 o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras tinha lançado uma obra, a do viaduto do Alto Maduro, em que se tinha gasto muitos milhares de contos mais do que estava projectado, porque não havia plantas do subsolo.

O Senhor Armando Paulino na sua intervenção disse disponibilizar-se a facultar alguns documentos / relatórios de ordem técnica, relativos ao Monte da Galega, e alguns pareceres dirigidos aos partidos políticos, em que dizia que aquela zona não servia para a prática do atletismo.

O Senhor António Nunes falou sobre os 500 mil contos gastos em viaturas de limpeza, e disse esperar que estas não ficassem estacionadas no parque dos Moinhos da Funcheira, pois o





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*Aguiar*

município está carenciado dessas viaturas na rua. Sobre a inspecção pedida em Fevereiro 1998 e não ter sido realizada, explicou que talvez por a inspecção de finanças ter estado na Câmara em Setembro ou Outubro de 1997. Foi nessa altura facultado aos membros da Assembleia Municipal, o relatório com as conclusões das denúncias que a oposição tinha feito ao executivo e particularmente ao Presidente da Câmara, não se tendo comprovado nenhuma. Quanto ao viaduto paralelo ao caminho de ferro que vai do Alto Maduro para a Falagueira, disse ter sido executado pela primeira Câmara Municipal da Amadora, e que hoje está a permitir que a Câmara Municipal faça a ligação da Venteira à Reboleira com menos custos. Por fim disse que a intervenção do Senhor Presidente da Câmara não tinha sido a mais correcto com o senhor deputado Manuel Vieira.

O Senhor Tremoço de Brito disse não estar contra o relatório realizado na Câmara, pois visa melhorar os serviços, estando apenas contra as acusações feitas às pessoas dos serviços onde estava expresso os seus nomes e a adjectivação. Quanto à ligação do Lido ao Hospital questionou se existia ou não projecto da obra que estava em execução.

Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este ponto por encerrado.

2 - Apreciação para aprovação nos termos da alínea s) do nº 2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Parque Infantil do Jardim Delfim Guimarães, Venteira – Descentralização”*.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Vice-Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, tendo este delegado para o Senhor vereador Carlos Silva.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito os Senhores António Nunes, Miguel Reis, Manuel Vieira e José Teodoro.

O Senhor António Nunes disse ir abster-se na votação da proposta.

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para esclarecer que a Lei diz que compete à Junta, no âmbito dos equipamentos integrados no respectivo património, gerir e manter



parques infantis públicos, explicando que tinha sido essa a razão pela qual tinha incluído esta proposta na Ordem do Dia, querendo saber se é património da Junta ou não.

Foi dada a palavra ao senhor vereador Carlos Silva para prestar alguns esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Assembleia explicou que se fosse necessária a deliberação, a Assembleia deliberava e produzia eficácia, se alguma inspecção entendesse que não era necessária, não se acrescentava nada não tendo sido prejudicial, era apenas um meio de salvaguardar os interesses da Junta e da Câmara, devendo assim haver a votação.

Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 23 votos a favor e 2 abstenções. (Documento anexo à presente Acta.)

O Senhor António Nunes usou da palavra para fazer uma declaração de voto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este ponto por encerrado.

3 - Apreciação para aprovação nos termos da alínea b) do nº 3 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a ***“Pedido de Autorização para Declarar como Área Crítica de Reconversão e Recuperação o Bairro da Cova da Moura”***.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Urbanismo havia reunido, tendo sido emitido parecer sobre a matéria o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário. (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Vice-Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, tendo este acedido.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto e não havendo inscrições colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade com 25 votos a favor. (Documento anexo à presente Acta.)

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este ponto por encerrado.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Antes de dar por encerrados os trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa das Deliberações, o Senhor Presidente da Assembleia propôs a votação das minutas, sendo as mesmas aprovadas por unanimidade pelos 25 Membros presentes.

Finda a Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu a Sessão por encerrada às 01.15 horas.

*António José Cruz*  
*A. Rodrigues*